Apenas bacharel em Direito deveria ocupar cargo no Judiciário

Início de ano é momento para balanços e projetos. Em artigos, tratamos com frequência de temas ligados ao Direito e à Justiça. É assim natural que, neste começo de ano, façamos um balanço da Justiça. Mas para que nosso balanço seja de alegria, e não de tristeza, não vamos nos referir às cúpulas, às alturas, mas exatamente ao oposto, à planície, aos menores, que tantas vezes dão exemplo de ética aos maiores.

O Poder Judiciário, em todos os seus níveis, em todos os seus graus, em todas as suas especializações precisa, para funcionar, dos serventuários e funcionários da Justiça. Há um grande número de cargos administrativos e similares dentro do Poder Judiciário.

Ainda há, presentemente, cargos que não exigem o curso de Direito dos seus postulantes. Entretanto, olhando para o futuro, creio que o ideal seria que todos os cargos, na esfera do Poder Judiciário, fossem preenchidos por bacharéis em Direito. Devemos caminhar nessa direção. Não digo isso de oitiva, mas como fruto de minha experiência como juiz.

Serventuários e funcionários da Justiça inteligentes e competentes — além de íntegros, obviamente — são essenciais para que a Justiça funcione devidamente.

Lembro-me que certa vez decretei o despejo de um inquilino que não pagava os aluguéis da casa onde residia e nenhuma satisfação dava, quanto aos motivos de sua impontualidade. À primeira vista parecia que se tratava de um desafio à Justiça, de um absoluto menosprezo, por parte do inquilino recalcitrante, ao regime de Direito que deve reger uma sociedade.

Ao dirigir-se à casa na qual deveria ocorrer o despejo, o oficial de Justiça encarregado da diligência defrontou-se com uma situação dramática. O modesto imóvel era ocupado por um casal idoso. Além disso, o marido sofria de grave doença, em estado terminal. Os interesses do casal estavam sendo patrocinados por um advogado pouco cuidadoso, que não levou estes fatos ao conhecimento da Justiça.

Em vista do que testemunhou, o oficial de Justiça veio a mim e disse que não tinha cumprido o mandado, explicando a situação com a qual se defrontara. Não tivera coragem de fazer o que o juiz determinara.

Mandei recolher o mandado de despejo e na presença do Oficial de Justiça exarei despacho afirmando que eu, como juiz, quisera trabalhar sempre com oficiais de Justiça portadores de sensibilidade humana, inteligência e bom senso como aquele oficial de Justiça que me impedira de cometer uma brutalidade.

Lauro Francisco Nunes, digno servidor dos quadros da Justiça em Vila Velha (ES), é o nome desse Oficial de Justiça exemplar. Na pessoa dele homenageio todos os servidores da Justiça de nosso país.

Date Created
13/01/2009

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.